

# Value Relevance da Evidenciação de Provisões e Passivos Contingentes

**Aline Fernandes Pinto**

Uberlândia – MG

Graduanda em Ciências Contábeis na UFU<sup>1</sup>

fernandes.aline63@yahoo.com.br

**Bianca Avelar**

Uberlândia – MG

Graduanda em Ciências Contábeis na UFU<sup>1</sup>

biancaavelar28@hotmail.com

**Kellma Bianca Cardoso Fonseca**

Uberlândia – MG

Graduanda em Ciências Contábeis na UFU<sup>1</sup>

kell\_bianca1994@hotmail.com

**Miriã Borges Araújo Silva**

Uberlândia – MG

Graduanda em Ciências Contábeis na UFU<sup>1</sup>

miria\_borges1994@hotmail.com

**Patrícia de Souza Costa**

Uberlândia – MG

CRCMG -074414/O-2

Doutora em Controladoria e Contabilidade pela FEA /USP<sup>2</sup>

patricia@facic.ufu.br

Professora adjunta da UFU<sup>1</sup>

## Resumo

Este artigo tem por objetivo identificar se a evidenciação quantitativa e qualitativa de provisões e passivos contingentes está relacionada com o valor de mercado das companhias abertas brasileiras, e quais fatores estão relacionados com esse nível de evidenciação. Para a consecução da presente pesquisa, foram analisadas as demonstrações contábeis de 65 companhias abertas brasileiras listadas no Índice Ibovespa em 2010. O período de análise foi de 2010 a 2013 e, para a realização da análise, foi utilizada a estatística descritiva, análise fatorial, regressão logística e dados em painel. Os resultados

sugerem que as empresas que mais evidenciam pertencem ao setor Softwares e Dados. As empresas com menores itens de evidenciação de provisões, ativos e passivos contingentes são dos setores de Química, Transportes e Serviços e Construção, respectivamente. A média de evidenciação obrigatória de provisões e passivos contingentes em notas explicativas foi de 54,2%, ou seja, as empresas não estão divulgando de maneira completa o exigido no CPC 25. Verificou-se também que quanto maior o valor de mercado das empresas, menor é o nível de evidenciação de informações sobre provisão e passivo contingente. Portanto, estes resultados indicam que os investidores não consideram como relevante para o processo de tomada de decisão de investimento nas companhias abertas analisadas a informação de evidenciação qualitativa e quantidade sobre provisão e passivo contingente.

**Palavras-chave:** Provisão, Passivo Contingente, *Value Relevance*

## Abstract

This article aims at identifying if the quantitative and qualitative disclosure of provisions and contingent liabilities is related to the market value of Brazilian open companies and which factors are related to this disclosure level. In order to carry out the present research, accounting statements from 65 Brazilian open companies listed in Ibovespa Index were analyzed, the period for analysis was from 2010 to 2013 and for the analysis conduction, descriptive statistics, factor analysis, logistic regression and panel data were used. The results also indicate that companies which disclosure the most belong to Data and Software sector. The companies which present lower items of disclosure of provisions, assets and contingents liabilities are from the sectors of Chemical, Transport and Services and Construction, respectively. The compulsory average level of disclosure for provisions and contingents liabilities in explanatory notes was 54,2%, that is, companies are not completely publishing what is required in CPC 25. It was also verified that the higher the market value of companies, the lower is the level of disclosure of information related to provision and contingent liabilities. Therefore, these results indicate that investors don't consider relevant for the process of investment decision making in the analyzed open companies the information of qualitative and quantitative disclosure about provision and contingent liabilities.

**Key words:** Provisions, Contingent Liabilities, Value Relevance

<sup>1</sup> UFU – Universidade Federal de Uberlândia – CEP 38408-100 – Uberlândia – MG

<sup>2</sup> FEA/USP – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo – CEP 05508-010 – São Paulo – SP

## 1. Introdução

As ameaças de litígio permeiam quase todos os aspectos do ambiente de negócios e a magnitude das perdas potenciais de litígio pode ser substancial (HENNES, 2014). Apesar da prevalência de litígios, muitos usuários das demonstrações financeiras têm se queixado que as divulgações existentes são insuficientes ou ineficazes (FASB, 2007, p. 1). Inclusive, Wayne Camall, contador-chefe da Divisão de Finanças Corporativas da Securities and Exchange Commission (SEC), em discurso recente, criticou algumas empresas por divulgarem relatórios contábeis que “dizem pouco” sobre passivos contingentes (HENNES, 2014).

O Financial Accounting Standards Board (FASB), o International Accounting Standards Board (IASB) e a SEC têm se preocupado com o cumprimento e o aperfeiçoamento das normas emitidas. Em especial, o FASB apresentou uma minuta de discussão para revisão do SFAS 5 – Accounting for Contingencies (FASB, 2008; 2010), exigindo maior evidenciação das perdas contingenciais. Da mesma forma, o IASB também procedeu a revisões no IAS 37 – Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets, com o intuito de aumentar a exteriorização (IASB, 2005, 2010; HENNES, 2014). A SEC, trabalhando com as normas existentes, recentemente declarou sua intenção de intensificar a fiscalização sobre a evidenciação de passivos contingentes (NIELSON, 2011).

No Brasil, o Pronunciamento Técnico CPC 25, correlacionado com o IAS 37, apresenta os critérios para reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. Com a adoção obrigatória para o exercício findo em 2010, a evidenciação de informações, em conformidade com o exposto neste pronunciamento, tem sido alvo de debates na literatura científica, sem lograr consenso (por exemplo, CAETANO et al., 2010; RIBEIRO; RIBEIRO; WEFORT, 2013; VIVIANE, FERNANDES, 2014).

O objetivo da presente pesquisa é identificar se a evidenciação quantitativa e qualitativa de provisões e passivos contingentes está relacionada com o valor de mercado das companhias abertas brasileiras e quais fatores estão arrolados a esse nível de evidenciação. A relevância da informação contábil para o processo de tomada de decisões de investidores e credores (tema de pesquisas sobre *value relevance*) é uma característica qualitativa fundamental das informações contábeis (CPC 00, 2011). Além disso, almeja-se que algumas características das companhias abertas (por exemplo: tamanho, lucro líquido, patrimônio líquido, valor das provisões e dos passivos contingentes) possam explicar o fato de uma entidade apresentar um nível de evidenciação acima ou abaixo da média do setor de atuação.

Para a realização desta pesquisa, foram analisadas as demonstrações contábeis do período contábil de 2010 a 2013, de 65 companhias abertas brasileiras, listadas no Índice Ibovespa em 2010. A análise dos dados foi realizada por meio de estatística descritiva, análise fatorial, regressão logística e dados em painel. Os resultados desta pesquisa sugerem os determinantes da evidenciação de provisões e passivos contingentes, bem como se a evidenciação qualitativa e quantitativa desses itens é relevante para os investidores.

O presente trabalho está estruturado em cinco seções. Após esta introdução, é apresentado o referencial teórico do estudo. Na terceira seção, estão retratados os procedimentos metodológicos. A quarta seção traz a discussão dos resultados da pesquisa e a próxima as considerações finais do estudo.

## 2. Plataforma Teórica

### 2.1. Conceitos de Provisões, Passivos e Ativos Contingentes

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) considera as normatizações contábeis brasileiras importantes e necessárias, uma vez que possuem, como principais funções, o aumento da transparência e da confiabilidade das informações contábeis. O CPC 00 (2011) compreende um conjunto de princípios e normas a serem seguidos na elaboração das demonstrações contábeis, que se baseiam em quatro características qualitativas de melhorias: comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade, as quais favorecem a superioridade do uso da informação contábil que deve ser relevante e representada com fidedignidade.

E, para melhorar a confiabilidade dessas informações, tem-se o pronunciamento contábil, em cujo contexto é apresentado o CPC 25, pois, antes da aprovação deste pronunciamento, o termo provisão era utilizado para se referir a qualquer obrigação ou redução de um ativo, cuja mensuração procede de alguma estimativa (IUDÍCIBUS et al., 2010). Conforme Silva e Klann (2012), visando uma melhoria na qualidade da informação contábil no que se refere, especificamente, ao conceito e aplicação do termo provisões, o CPC 25 aponta mudanças em relação à utilização do mesmo.

No que diz respeito às alterações apresentadas pelo CPC 25, Iudícibus et al. (2010) ressaltam que é necessário diferenciar as provisões propriamente ditas e a provisão derivada de apropriação por competência denominadas de *accruals*, sendo estas caracterizadas como obrigações que ocorreram e foram registradas no período de competência, sendo menor o grau de incerteza que as envolve, não se caracterizando como provisão.

De acordo com o CPC 25 (2009, p. 3-4), uma provisão definida como “passivo ou prazo de valor incerto” deve ser reconhecida quando atender às seguintes condições: obrigação legal, isto é, uma obrigação que deriva de contrato, legislação ou outra ação da lei ou não formalizada, provável (se a probabilidade do evento ocorrer for maior do que a probabilidade de não acontecer) que recursos sejam exigidos para liquidar a obrigação e o montante da obrigação pode ser estimado com suficiente segurança.

A classificação do passivo contingente e provisão no Brasil, conforme a legislação e as normas internacionais, é definida de acordo com a probabilidade de ocorrência, podendo ser provável, possível ou remota, com diferentes tratamentos para cada tipo de probabilidade (CAETANO et al. 2010). Além disso, conforme o CPC 25 (2009), os passivos contingentes e as provisões precisam ser avaliados periodicamente. Nesse caso, ao se tornar provável a saída de recursos, deve ser reconhecida uma provisão nos demonstrativos contábeis no período em que aconteceu a alteração na estimativa, levando em consideração as outras condições para serem admitidas.

De acordo com a International Accounting Standards 37 (IAS), o ativo contingente é um possível ativo proveniente de eventos passados, cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos, não totalmente sob o controle da entidade. Os ativos e passivos contingentes, quando não é provável a sua realização ou não possam ser estimados confiavelmente, não são reconhecidos, somente divulgam-se informações qualitativas a seu respeito nas notas explicativas (TONETTO FILHO; FREGONESI, 2010).

## 2.2. Evidenciação, Mensuração de Provisões, Passivos e Ativos Contingentes

Com relação à implementação das normas IFRS no Brasil, de acordo com Ribeiro; Ribeiro; Weffort (2013), a prática desses procedimentos contábeis ocasionou o aumento das exigências de divulgação das informações em notas explicativas. No que se refere à evidenciação, ao reduzir o grau de incerteza e a assimetria informacional, possibilita a eficiência do mercado de capitais e, no que se relaciona à gestão do risco, melhora a compreensão da informação contábil (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999).

Oliveira (2011) afirma que a IAS 37 e o CPC 25 têm como finalidade assegurar que os critérios de reconhecimento e mensuração apropriados às provisões sejam devidamente utilizados e que sejam divulgadas as informações relevantes nas notas explicativas. No entanto, o reconhecimento e a divulgação dessas informações baseiam-se na interpretação de probabilidade, assuntos-chave e estimativas incertas (SUER, 2014). O CPC 25 (2009) pré-estabelece algumas premissas com relação às provisões, passivos e ativos contingentes, que devem ser divulgadas pelas entidades, conforme o Quadro 1 apresentado a seguir:

**Quadro 1 - Itens exigíveis pelo CPC 25 (2009) para divulgação de provisões, passivos e ativos contingentes**

Item do CPC	Var	Questões	Item
84 (a)	Q1	O valor contábil no início do período	PROV
84 (a)	Q2	O valor contábil no fim do período	PROV
84 (b)	Q3	Provisões adicionais feitas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes	PROV
84 (c)	Q4	Valores utilizados (ou seja, incorridos e baixados contra a provisão) durante o período	PROV
84 (d)	Q5	Valores não utilizados revertidos durante o período	PROV
84 (e)	Q6	O aumento durante o período no valor descontado a valor presente, proveniente da passagem do tempo	PROV
84 (e)	Q7	O efeito de qualquer mudança na taxa de desconto	PROV
85 (a)	Q8	Uma breve descrição da natureza da obrigação	PROV
85 (a)	Q9	O cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes	PROV
85 (b)	Q10	Uma indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma dessas saídas	PROV
85 (b)	Q11	Sempre que necessário para fornecer informações adequadas, a entidade deve divulgar as principais premissas adotadas em relação a eventos futuros, conforme tratado no item 48	PROV
85 (c)	Q12	O valor de qualquer reembolso esperado, declarando o valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido por conta deste reembolso esperado	PROV
86 caput	Q13	Para cada classe de passivo contingente (exceto remoto): uma breve descrição da natureza do passivo contingente	PC
86 (a)	Q14	Para cada classe de passivo contingente (exceto remoto): a estimativa do seu efeito financeiro, mensurada conforme os itens 36 a 52	PC
86 (b)	Q15	Para cada classe de passivo contingente (exceto remoto): a indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de qualquer saída	PC
86 (c)	Q16	Para cada classe de passivo contingente (exceto remoto): a possibilidade de qualquer reembolso	PC
87 caput	Q17	Na determinação de quais provisões ou passivos contingentes podem ser agregados para formar uma única classe, é necessário considerar se a natureza dos itens é suficientemente similar para divulgação única que cumpra as exigências dos itens 85(a) e (b) e 86(a) e (b). Assim, pode ser apropriado tratar como uma classe única de provisão os valores relacionados a garantias de produtos diferentes, mas não seria apropriado tratar como uma classe única os valores relacionados a garantias normais e valores relativos a processos judiciais	PROV e PC
88 caput	Q18	Quando a provisão e o passivo contingente surgirem do mesmo conjunto de circunstâncias, a entidade deve fazer as divulgações requeridas pelos itens 84 a 86 de maneira que evidenciem a ligação entre a provisão e o passivo contingente	PROV e PC
89 caput	Q19	Quando for provável a entrada de benefícios econômicos, a entidade deve divulgar breve descrição da natureza dos ativos contingentes na data do balanço	AC
89 caput	Q20	Quando for praticável, a entidade deve divulgar uma estimativa dos seus efeitos financeiros, mensurada, usando os princípios estabelecidos para as provisões nos itens 36 a 52	AC
90 caput	Q21	É importante que as divulgações de ativos contingentes evitem dar indicações indevidas da probabilidade de surgirem ganhos	AC
91 caput	Q22	Quando algumas das informações exigidas pelos itens 86 e 89 não forem divulgadas por não ser praticável fazê-lo, a entidade deve divulgar esse fato	TODOS
92 caput	Q23	Em casos extremamente raros, pode-se esperar que a divulgação de alguma ou de todas as informações exigidas pelos itens 84 a 89 prejudique seriamente a posição da entidade em uma disputa com outras partes sobre os assuntos da provisão, passivo contingente ou ativo contingente. Em tais casos, a entidade não precisa divulgar as informações, mas deve divulgar a natureza geral da disputa, juntamente com o fato de que as informações não foram divulgadas, com a devida justificativa	TODOS

**Observações:** AC = Ativo Contingente; PC = Passivo Contingente; PROV = Provisão; TODOS = AC, PC e PROV; Var = quantidade de variáveis especificadas para estudo, cada variável representa um item de evidenciação obrigatória

**Fonte:** Adaptado do CPC 25 (CPC, 2009)

Percebe-se que as empresas devem seguir uma linha conservadora em relação ao ativo contingente, pois uma entidade pode divulgar ativo contingente em notas explicativas somente quando for provável que se realize o ganho, sendo raro encontrar tais informações nas demonstrações financeiras e notas explicativas (KIESO; WEIGANDT; WARFIELD, 2007).

Du, Stevens e McEnroe (2011) asseguram que um dos maiores desafios dos contadores é entender os termos de probabilidade estabelecidos no *Statement of Financial Accounting Standard* nº. 5 (SFAS Nº. 5). Os resultados sugeriram que, com o auxílio das probabilidades e seus respectivos valores para a tomada de decisão, reduz-se a variabilidade interpessoal da interpretação dos termos da SFAS 5.

Teixeira e Silva (2009) realizaram um estudo empírico sobre a interpretação dos termos e expressões que exprimem probabilidade utilizada nas IAS/IFRS. Os resultados obtidos sugerem que esses termos e expressões são diferentemente interpretados pelos auditores. Deste modo, o artigo fornece evidência de sugerir a necessidade de se repensar a utilização dos termos e expressões que exprimem probabilidade nas normas de contabilidade, nomeadamente nas IAS/IFRS.

### 2.3. Value Relevance

Hendriksen e Van Breda (1999) definem a divulgação como um meio de conduzir a informação. Segundo estes autores, o objetivo principal da exposição das informações financeiras é permitir que os investidores tenham condições de analisar a capacidade financeira da empresa. Francis e Schipper (1999) definem *value relevance* como informações contábeis que são capazes de determinar e impactar o preço das ações.

Meyer (2007) afirma que as demonstrações financeiras continuam sendo a mais importante fonte de informações externamente viável para as empresas. Para o autor, apesar de sua utilização generalizada e avanço contínuo, existe alguma preocupação de que a prática contábil não manteve o ritmo com rápido desenvolvimento econômico, a alta tecnologia e mudanças que, invariavelmente, afetam a relevância do valor das informações contábeis.

De acordo com Rezende (2005), várias pesquisas estão sendo realizadas, utilizando como *Proxy* o lucro contábil e o patrimônio líquido, para avaliar as empresas em relação ao preço e ao retorno no mercado. Barth, Beaver e Landsman (2001) consideram uma informação contábil relevante quando a mesma tem impacto no valor das ações, sendo significativa para o mercado de capitais.

No Brasil, houve grandes ajustes nos padrões contábeis, devido às normas internacionais de contabilidade com a publicação da Lei 11.638/07. Dessa forma, foi realizado, por Ramos, Lustosa (2013),

um estudo para verificar se a adoção de tais normas tomaram as demonstrações financeiras mais expressivas. Para o estudo, foram analisadas 579 empresas, listadas na BMF&BOVESPA, as quais foram selecionadas por divulgarem informações no período de março de 2004 até março de 2012, totalizando 13.143 dados, extraídos trimestralmente. Os autores concluíram haver indícios de que essa convergência tenha o efeito de aproximar as informações contábeis ao valor justo de negociação, ou seja, será dada maior importância à tomada de decisões.

### 3. Metodologia

A pesquisa é do tipo descritiva com abordagem quantitativa. A amostra é composta por 65 companhias abertas brasileiras, pertencentes ao Índice Ibovespa em 2010. O Índice Ibovespa da BM&FBOVESPA é o “indicador do desempenho médio das cotações dos ativos de maior negociabilidade e representatividade do mercado de ações brasileiro” (LEMES; COSTA; MARTINS, 2014, p. 7).

A amostra pertence a 16 setores distintos, conforme classificação de setores da Economatica, e os dados financeiros foram extraídos da base de dados da mesma. Conforme Quadro 2.

Foram analisadas as notas explicativas das demonstrações contábeis, retiradas do sítio da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Estas foram utilizadas para avaliar a aderência da empresa ao exposto no CPC 25 sobre evidenciação (Quadro 1). Para cada um dos 23 itens relacionados no Quadro 1, foi verificado se a empresa realizou a evidenciação nas notas explicativas de acordo com o exposto no item exigido. Em seguida, foi calculado o nível de evidenciação das informações obrigatórias. Para este cálculo, foi utilizado o total das informações obrigatórias (adaptado de MALACRIDA; YAMAMOTO, 2006). O nível de evidenciação das informações obrigatórias é calculado dividindo-se o total de informações divulgadas pela empresa pelo total de informações que a empresa deveria ter divulgado, de acordo com o CPC-25, itens 84 a 92.

Uma vez que cada item poderia ser classificado em “sim”, quando a empresa evidenciou o item obrigatório, e “não”, quando a empresa não o fez e “não se aplica”, quando a empresa, por exemplo, não teve provisões ou passivos contingentes no período, o denominador do índice foi dividido pelo total dos 23 itens, menos aqueles que não se aplicavam.

Para exemplo do cálculo, tem-se a seguir: a B2W Digital apresenta, nas demonstrações financeiras do exercício de 2010, um total de dez informações (itens classificados como “sim”). A empresa não evidenciou cinco itens classificados como “não”. E oito itens foram classificados como “não se aplica”. Assim, o nível de evidenciação para essa empresa em 2010 foi de 66,7%, con-

Quadro 2 - Companhias abertas por setor

Setor	Nº. Empresas	Nº. Observações	Setor	Nº. Empresas	Nº. Observações
Alimentos e Bebidas	5	20	Petróleo e Gás	2	8
Comércio	5	20	Química	2	8
Construção	6	24	Siderurgia e Metalurgia	4	16
Energia Elétrica	9	36	Softwares e Dados	1	4
Finanças e Seguros	6	24	Telecomunicações	3	12
Mineração	2	8	Têxtil	1	4
Outros	12	48	Transportes e Serviços	3	12
Papel e Celulose	3	12	Veículos e Peças	1	4
Total	48	192	Total	17	68

Fonte: Elaborado pelas autoras

forme apresentado na Equação 1. Além do cálculo do nível de evidenciação, os dados foram analisados por meio de análise fatorial, com o objetivo de identificar relações entre as variáveis qualitativas de evidenciação.

$$B2W = 10/(10+5) = 10/15 = 66,7\% \quad (\text{Eq. 1})$$

O modelo especificado na Equação 2 foi utilizado para verificar a relação entre a evidenciação quantitativa e qualitativa e o valor de mercado das companhias abertas brasileiras.

$$VM_{i,t} = \beta_0 + \beta_1 LPA_{i,t} + \beta_2 PLPA_{i,t} + \beta_3 EVID_{i,t} + \beta_4 PROVPA_{i,t} + \varepsilon_{it} \quad (\text{Eq. 2})$$

A variável VM representa o valor de mercado por ação da empresa *i* no período *t*. LPA, o lucro por ação da empresa *i* no período *t*. PLPA representa o patrimônio líquido por ação da empresa *i* no período *t*. A evidenciação qualitativa (EVID) é exibido pelo nível de evidenciação, calculado de acordo com o exemplo apresentado na Equação 1. PROVPA simboliza a evidenciação quantitativa, ou seja, o valor das provisões por ação, registrado pela empresa *i* no período *t*.

O modelo apresentado na Equação 2 será testado por meio de regressões estimadas por Ordinary Least Squares (OLS) para dados em painel. Foram testados os três tipos de dados em painel: pooled, efeitos fixos e efeitos aleatórios. Para identificar qual desses três tipos de dados em painel é o mais adequado para os dados da presente pesquisa, foram realizados os testes de *Chow*, *Lagrange Multiplier* (LM) de *Brusch e Pagan* e *Hausman*. O teste de *Brusch e Pagan* e o de *Chow* sugerem que o modelo mais adequado é o *pooled*. O teste de *Hausman* indica o modelo *fixed* como o mais apropriado.

O modelo especificado na Equação 3 foi empregado para identificar as características das companhias abertas

que podem influenciar no nível de evidenciação qualitativa (acima ou abaixo da média do setor de atuação).

$$DEVID = \beta_0 + \beta_1 LPA_{i,t} + \beta_2 PLPA_{i,t} + \beta_3 VM_{i,t} + \beta_4 ENDIV_{i,t} + \beta_5 PROVPA_{i,t} + \beta_6 TAM_{i,t} + \varepsilon_{it} \quad (\text{Eq. 3})$$

A variável DEVID é binária e possui valor 1 quando o nível de evidenciação da empresa *i* no período *t* é superior ao nível de evidenciação médio do setor de atuação da empresa *i* no período *t* e 0 caso contrário. A variável TAM é uma *proxy* para o tamanho da empresa *i* no período *t* e é calculada pelo logaritmo natural do ativo total da empresa *i* no período *t*.

Para testar o modelo apresentado na Equação 3, foi utilizada a regressão logística.

## 4. Discussão dos Resultados

### 4.1. Nível de Evidenciação

Na Tabela 1, é exposto o nível de aderência das companhias abertas componentes da amostra da pesquisa ao exposto no CPC 25, itens 84 a 92, sobre divulgação. Nota-se que, ao longo dos períodos analisados, as empresas foram divulgando mais informações. No ano de 2010, 2011, 2012 e 2013 foram noticiadas 36 %, 38%, 38% e 39% das informações exigidas respectivamente, cujos percentuais foram calculados a partir do total de "sim" evidenciado pelas empresas, dividido pelo total de informações divulgadas.

Dentre essas variáveis, as que tiveram maior exposição pelas empresas em todos os anos são Q1, Q2, Q3, Q4, Q5, Q8, Q13 e Q17, que estão relacionadas aos valores da provisão e passivo contingente no início e final do período, adições, baixas reversões, uma breve descrição da natureza da obrigação e se a entidade tratou como única classe de provisão valores relacionados às garantias normais e valores relacionados aos processos.

**Tabela 1 - Evidenciação de provisões, passivos e ativos contingentes**

Questões	2010			2011			2012			2013			TOTAL		
	Sim	Não	NA	Sim	Não	NA									
Q1	63	0	2	64	0	1	64	0	1	65	0	0	256	0	4
Q2	63	0	2	64	0	1	65	0	0	65	0	0	257	0	3
Q3	51	8	6	53	6	6	54	7	4	58	2	5	216	23	21
Q4	47	8	10	50	8	7	51	8	6	49	7	9	197	31	32
Q5	48	11	6	50	9	6	50	9	6	51	4	10	199	33	28
Q6	0	63	2	0	64	1	0	65	0	3	62	0	3	254	3
Q7	1	62	2	1	62	2	2	62	1	2	63	0	6	249	5
Q8	59	4	2	60	4	1	61	4	0	62	3	0	242	15	3
Q9	4	59	2	3	61	1	3	62	0	3	62	0	13	244	3
Q10	34	29	2	34	30	1	34	31	0	48	17	0	150	107	3
Q11	32	31	2	32	32	1	33	32	0	47	18	0	144	113	3
Q12	3	32	30	4	31	30	3	32	30	2	17	46	12	112	136
Q13	47	14	4	51	13	1	51	13	1	56	8	1	205	48	7
Q14	21	40	4	26	38	1	27	37	1	18	46	1	92	161	7
Q15	3	57	5	3	60	2	2	61	2	0	63	2	8	241	11
Q16	2	33	30	2	35	28	2	35	28	1	20	44	7	123	130
Q17	41	7	17	43	6	16	43	8	14	18	22	25	145	43	72
Q18	11	34	20	13	35	17	15	34	16	16	24	25	55	127	78
Q19	8	3	54	9	3	53	8	2	55	9	1	55	34	9	217
Q20	6	1	58	6	2	57	5	2	58	4	5	56	21	10	229
Q21	1	3	61	1	3	61	1	3	61	3	6	56	6	15	239
Q22	0	1	64	0	1	64	0	0	65	0	1	64	0	3	257
Q23	0	0	65	0	0	65	0	0	65	0	0	65	0	0	260
Total	545	500	450	569	503	423	574	507	414	580	451	464	2268	1961	1751

**Observações:** Sim = a empresa evidenciou o item obrigatório; Não = a empresa não evidenciou o item obrigatório; NA = não se aplica, ou seja, a empresa não teve provisões ou passivos contingentes no período.

**Fonte:** Elaborado pelas autoras

As variáveis que as empresas divulgaram pouco, durante esses anos, foram Q6, Q7, Q9, Q15 cujo aumento no período foi proveniente de: passagem do tempo, taxa de desconto a valor presente, cronograma esperado para a saída de recursos tanto para a provisão quanto para a o passivo contingente, informações estas que são importantes para a elaboração das demonstrações contábeis.

Os dados da Tabela 1 (colunas 'sim' e 'não') foram utilizados para o cálculo do nível de evidenciação, conforme exemplo apresentado na Equação 1. Os níveis de evidenciação por empresa, por setor e por ano são apresentados nas Tabelas 2 e 3 e na Figura 1, respectivamente.

**Tabela 2 - Nível de evidenciação por companhia aberta**

Empresa	EVID	Empresa	EVID	Empresa	EVID
AllAmerLat	42,3%	Dasa	64,3%	MMX Miner	60,7%
Ambev	54,8%	Duratex	57,9%	MRV	68,2%
B2W Digital	48,6%	Eletróbrás	37,5%	Natura	63,6%
Bmfbovespa	40,3%	Eletropaulo	56,3%	OGX Petróleo	62,7%
BR Malls Par	37,5%	Embraer	56,3%	Oi	55,1%
BR Propert	37,0%	Energias BR	62,5%	Pão de Açúcar-Cbd	54,9%
Bradesco	53,6%	Fibra	58,8%	PDG Realt	37,5%
Bradespar	51,9%	Gafisa	62,5%	Petrobrás	51,7%
Brasil	53,6%	Gerdau	57,1%	Rossi Resid.	43,1%
Braskem	42,1%	Gerdau Met	51,8%	Sabesp	60,5%
BRF SA	52,8%	Gol	56,3%	Santander BR	51,4%
Brookfield	44,4%	Hypermarcas	57,1%	Sid Nacional	52,6%
CCR SA	37,6%	Itausa	67,9%	Souza Cruz	53,6%
Cemig	55,2%	ItauUnibanco	72,2%	Suzano Papel	53,6%
Cesp	40,3%	JBS	56,3%	Telef Brasil	54,7%
Cetip	48,6%	Klabin S.A	70,7%	Tim Part. SA	52,9%
Cia Hering	56,3%	Light S.A	68,8%	Trans. Paulista	46,3%
Cielo	64,3%	Prumo (antiga LLX Log)	56,1%	Ultrapar	47,4%
Copel	43,8%	Localiza	64,3%	Usiminas	56,9%
Cosan	54,6%	Lojas Americanas	64,3%	V-Agro	47,3%
CPFL Energia	64,3%	Lojas Renner	64,3%	Vale	54,1%
CyrelaRealt	42,2%	Marfrig	64,3%	Total	54,2%

**Observação:** EVID = nível de evidenciação, calculado de acordo com o exemplo apresentado na Eq. 1

**Fonte:** Elaborado pelas autoras

O nível de evidenciação por empresa variou de 37% (BR Propert) a 72,2% (Itaú Unibanco). A média de evidenciação obrigatória de provisões e passivos contingentes em notas explicativas foi de 54,2%, ou seja, as empresas não estão divulgando de maneira completa o que é exigido no CPC 25.

As empresas que mais revelam pertencem ao setor de *Softwares* e *Dados* (nível de evidenciação de 64,3%), seguidas das companhias abertas do setor de *Papel e Celulose* (nível de evidenciação de 61%). As empresas com menores itens de evidenciação de provisões e passivos contingentes são dos setores de *Química*, *Transportes* e *Serviços e Construção*, respectivamente (Tabela 3).

**Tabela 3 - Nível de evidenciação por setor**

Setor	EVID	Setor	EVID	Setor	EVID	Setor	EVID
Alimentos e Bebidas	56,6%	Finanças e Seguros	53,3%	Petróleo e Gás	56,4%	Telecomunicações	54,2%
Comércio	59,1%	Mineração	57,4%	Química	44,7%	Têxtil	56,3%
Construção	49,7%	Outros	55,0%	Siderurgia e Metalurgia	54,6%	Transportes e Serviços	45,4%
Energia Elétrica	52,8%	Papel e Celulose	61,0%	Softwares e Dados	64,3%	Veículos e Peças	56,3%
<b>Total 54,2%</b>							

**Observação:** EVID = nível de evidenciação, calculado de acordo com o exemplo apresentado na Equação 1

**Fonte:** Elaborado pelas autoras

Durante o horizonte temporal de estudo, o nível de evidência de provisões e passivos contingentes foi crescendo: 52,5% em 2010 e 57,1% em 2013 (Figura 1). Esse resultado pode indicar

uma curva de aprendizagem na aplicação do CPC 25 e uma tendência de melhoria na qualidade da evidência com o decorrer dos períodos de adoção.

**Figura 1 - Nível de evidência por ano**



**Observação:** EVID = nível de evidência, calculado de acordo com o exemplo apresentado na Equação 1

**Fonte:** Elaborado pelas autoras

Para aprofundar na análise qualitativa do nível de evidência, foi realizada uma fatorial com as 23 variáveis apresentadas na Tabela 1. O teste de Kaiser-Meyer-Olkinde 0,7141 permite a aplicação da análise fatorial (KMO > 0,5),

uma vez que existe uma correlação média entre as variáveis (Tabela 4). Destaca-se que a variável Q23 foi excluída da análise por apresentar todos os resultados classificados em 'não se aplica' (Tabela 1).

**Tabela 4 - KMO**

Variável	KMO								
Q1	0,7891	Q6	0,8853	Q11	0,7642	Q16	0,7968	Q21	0,6450
Q2	0,7385	Q7	0,8354	Q12	0,8116	Q17	0,6992	Q22	0,3056
Q3	0,6095	Q8	0,8088	Q13	0,5108	Q18	0,4715	Geral	0,7141
Q4	0,6494	Q9	0,5921	Q14	0,7647	Q19	0,6263		
Q5	0,6346	Q10	0,7498	Q15	0,5952	Q20	0,6899		

**Fonte:** Elaborado pelas autoras

Na Tabela 5, são apresentados os valores explicativos das variâncias. Foram retidos os sete fatores com *eigenvalues* superiores a 1. Esses fatores conseguem explicar 75,7% da variância dos dados originais.

**Tabela 5 - Eigenvalues e percentual de variância explicada pelos fatores**

Fator	Eigenvalues	% de Variância	% Acumulado	Fator	Eigenvalues	% de Variância	% Acumulado
1	4,825	21,9%	21,9%	12	0,463	2,1%	91,0%
2	4,332	19,7%	41,6%	13	0,397	1,8%	92,8%
3	2,334	10,6%	52,2%	14	0,344	1,6%	94,4%
4	1,615	7,3%	59,6%	15	0,316	1,4%	95,8%
5	1,235	5,6%	65,2%	16	0,202	0,9%	96,8%
6	1,197	5,5%	70,7%	17	0,189	0,9%	97,6%
7	1,102	5,0%	75,7%	18	0,155	0,7%	98,3%
8	0,926	4,2%	79,9%	19	0,120	0,6%	98,9%
9	0,756	3,4%	83,3%	20	0,100	0,5%	99,3%
10	0,620	2,8%	86,1%	21	0,083	0,4%	99,7%
11	0,612	2,8%	88,9%	22	0,063	0,3%	100,0%

**Fonte:** Elaborado pelas autoras

A Tabela 6 ilustra as cargas fatoriais após a rotação dos fatores (RotatedComponent Matrix). Assim, é possível classificar as variáveis em cada um dos fatores, conforme especificado na Tabela 7.

**Tabela 6 - Matriz dos componentes após a rotação**

Variável	Fator						
	1	2	3	4	5	6	7
Q1	0,4761	0,6875	-0,1647	0,0588	0,0539	-0,0149	-0,2107
Q2	0,4847	0,7652	-0,1716	0,0584	0,0087	0,0456	-0,1239
Q3	0,4160	0,2657	0,0853	-0,5369	0,2448	-0,2892	0,1681
Q4	0,4706	0,1581	0,0690	-0,4375	0,4030	-0,3753	0,0264
Q5	0,3332	0,1985	-0,0148	0,3725	0,2020	-0,5509	-0,1635
Q6	0,3700	0,7012	-0,0670	0,0906	-0,0729	0,0862	-0,1040
Q7	0,3515	0,5300	-0,1536	0,1097	-0,2173	0,1484	0,0052
Q8	0,4311	0,5765	-0,0618	-0,0571	0,1202	0,0421	0,1713
Q9	0,2104	0,4103	-0,1699	0,1109	-0,0740	0,2541	-0,4681
Q10	-0,4706	0,7719	0,1046	0,1070	0,0429	0,0241	0,1260
Q11	-0,4282	0,7665	0,0949	0,0692	0,0788	0,0116	0,3028
Q12	0,7288	-0,4165	-0,1858	-0,0439	0,0583	-0,0491	-0,1532
Q13	0,4325	0,2077	0,1033	-0,5274	-0,3851	0,1676	0,3920
Q14	0,6973	-0,3185	-0,2048	-0,2167	-0,2057	0,1659	0,0599
Q15	0,5313	0,0912	0,1721	0,1961	-0,5325	-0,1482	0,1528
Q16	0,7055	-0,4519	-0,2381	-0,0552	-0,0099	0,0293	-0,1068
Q17	0,6089	-0,3494	-0,3116	0,3991	0,2422	0,1174	0,1999
Q18	0,3327	-0,1104	-0,2820	0,5139	0,2713	0,1365	0,5915
Q19	0,4379	-0,0688	0,8084	0,1939	0,0853	0,0923	-0,0478
Q20	0,4908	-0,1090	0,7558	0,1593	-0,0269	0,1353	-0,0468
Q21	0,2497	0,0113	0,7749	0,0524	0,2041	0,1551	-0,0091
Q22	-0,0481	0,0401	-0,0995	-0,2838	0,4790	0,6380	-0,1022

Fonte: Elaborado pelas autoras

No Fator 1 (F1), foram agrupadas as variáveis conforme a Tabela 7. Estas representam a obrigatoriedade da entidade em evidenciar valores relacionados às provisões e passivos contingentes, tais como: as estimativas de valor financeiro do passivo contingente e da provisão, os valores de reembolsos, baixas e efeitos financeiros dos passivos contingentes. Além disso, a variável Q17 está relacionada à agregação de provisões e passivos contingentes em uma única classe para efeitos de divulgação dos valores e estimativas.

**Tabela 7 - Associação das variáveis a cada um dos fatores**

Fator	Variáveis
F1 - Valores e agregação	Q4, Q12, Q14, Q16 e Q17
F2 - Provisões	Q1, Q2, Q6, Q7, Q8, Q10 e Q11
F3 - Ativos contingentes	Q19, Q20 e Q21
F4 - Provisões adicionais e descrição do passivo contingente	Q3 e Q13
F5 - Incertezas relacionadas à saída de recursos do passivo contingente	Q15
F6 - Valores revertidos e informações não divulgadas	Q5 e Q22
F7 – Cronograma e relação entre o passivo e a provisão de mesma classe	Q9 e Q18

Fonte: Elaborado pelas autoras

O Fator 2 (F2) está relacionado à evidenciação de informações sobre as provisões, uma vez que as variáveis foram agrupadas. Essas variáveis representam a obrigatoriedade (conforme CPC 25) de a entidade divulgar informações sobre o valor contábil das provisões, taxa de desconto, efeito da passagem do tempo, descrição da natureza das provisões e a indicação das incertezas sobre o valor e o prazo das provisões. O Fator 3 (F3) está concatenado ao ativo contingente. Apesar desse item não ser foco de análise neste estudo, percebe-se que a evidenciação associada a ele é agrupada separadamente das evidenciações de passivo contingente e provisões.

O Fator 4 (F4) está associado à evidenciação de provisões adicionais feitas no período e uma breve descrição da natureza do passivo contingente, exceto quando a probabilidade for remota. As variáveis Q3 e Q13 foram agrupadas, por ser exigida no CPC 25, a divulgação de valores adicionais e origem do passivo contingente, exceto quando a probabilidade for remota. O Fator 5 (F5) está relacionado com o passivo contingente. A variável Q15 ficou isolada neste fator, por indicar incertezas a respeito do valor ou momento em que ocorrerá qualquer saída de recursos, quando e quanto a empresa deverá desembolsar do montante.

No Fator 6 (F6) foram agrupadas as variáveis Q5 e Q22. Essas variáveis estão relacionadas a valores de provisões revertidos que não foram utilizados durante o período e, quando não forem praticáveis para a entidade divulgar algumas das informações exigidas pelos itens 86 e 89, a mesma deve justificar-se. No Fator 7 (F7) foram agrupadas as variáveis Q9 e Q18. Assim, devem ser divulgadas as informações referentes ao cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos, informação esta relevante para os usuários. Além disso, conforme estabelecido no CPC 25, quando a provisão e o passivo contingente surgirem no mesmo conjunto de circunstâncias, a entidade deve evidenciar a ligação entre ambos.

#### 4.2. Paineis e Regressão Logística

A Tabela 8 ilustra a estatística descritiva das variáveis de estudo. Enquanto a média do nível de evidenciação aumentou ao longo do horizonte temporal de estudo (de 0,525 em 2010 para 0,571 em 2013), o montante das provisões cresceu entre 2010 e 2012, mas caiu em 2013. O lucro por ação (LPA), o patrimônio líquido por ação (PLPA) e o valor de mercado por ação também tiveram queda no período analisado, sugerindo comportamento contrário destes itens com o nível de evidenciação.

**Tabela 8 - Estatística descritiva**

Variável	Média				Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
	2010	2011	2012	2013			
EVID	0,525	0,536	0,536	0,571	0,542	0,107	0,813
LPA	1,950	1,618	1,091	0,758	1,354	2,039	9,395
PLPA	13,841	14,214	13,776	13,068	13,725	11,790	62,087
PROVPA	1,395	1,423	1,538	1,381	1,434	1,908	8,703
TAM	16,642	16,814	16,946	16,930	16,833	1,460	20,874
VM	27,121	21,827	24,041	20,359	23,337	18,634	105,100

**Observações:** VM= valor de mercado por ação da empresa i no período t; LPA= lucro por ação da empresa i no período t. PLPA= patrimônio líquido por ação da empresa i no período t; EVID = nível de evidenciação calculado de acordo com o exemplo apresentado na Equação 1; PROVPA= valor das provisões por ação registradas pela empresa i no período t; TAM = logaritmo natural do ativo total da empresa i no período t

**Fonte:** Elaborado pelas autoras

Na Tabela 9 é apresentada a correlação entre as variáveis. Percebe-se que a única variável que aponta correlação com o nível de evidenciação é o patrimônio líquido por ação (PLPA). A evidenciação quantitativa das provisões tem relação significativa e positiva com o lucro por ação (LPA), com o PLPA, com o valor

de mercado por ação (VM) e com o tamanho da empresa (TAM), sugerindo que, quanto maiores esses valores, maior o montante de provisões registrado. Destaca-se o fato de a variável EVID não apresentar correlação com a variável VM, sugerindo não existir relação entre as variáveis nível de evidenciação e valor de mercado.

**Tabela 9 - Correlação de Pearson**

	EVID	LPA	PLPA	PROVPA	TAM	VM
EVID	1					
LPA	0,019	1				
PLPA	-0,201**	0,424***	1			
PROVPA	0,029	0,302***	0,568***	1		
TAM	0,003	0,176**	0,365***	0,628***	1	
VM	0,045	0,621***	0,415***	0,247***	0,023	1

**Observações:** VM= valor de mercado por ação da empresa i no período t; LPA= lucro por ação da empresa i no período t. PLPA= patrimônio líquido por ação da empresa i no período t; EVID = nível de evidenciação calculado de acordo com o exemplo apresentado na Equação 1; PROVPA= valor das provisões por ação registradas pela empresa i no período t; TAM = logaritmo natural do ativo total da empresa i no período t. Nível de significância ao nível de: \*\*\* 1%; \*\* 5% e \* 10%.

**Fonte:** Elaborado pelas autoras

O modelo apresentado na Equação 2 foi utilizado para analisar a relação entre a evidenciação quantitativa e qualitativa e o valor de mercado das companhias abertas brasileiras. Na Tabela 10, são expostos os testes realizados a fim de identificar o modelo para dados em painel mais adequado para os dados desta pesquisa. Os resultados dos testes de *Breusch e Pagan*, *Hausman* e de *Chow* sugerem que o modelo de efeitos fixos é o mais adequado. Dessa forma, os resultados do modelo especificado na Equação 2 são mostrados na Tabela 11.

**Tabela 10 - Painel - Testes de Chow, LM e Hausman**

Breusch e Pagan		Hausman		Chow		Especificação Adequada
Chi2	Prob	Chi2	Prob	Chi2	Prob	
139,05	0,000	35,74	0,000	9,28	0,00	Efeitos Fixos

Fonte: Elaborado pelas autoras

Os coeficientes positivos e significativos das variáveis LPA e PLPA (2,535 E 0,921, respectivamente) sugerem que o lucro por ação e o patrimônio líquido por ação têm uma relação direta com o valor de mercado. Por outro lado, o coeficiente negativo (-12,425) e significativo (ao nível de 10%) da variável EVID sugere que quanto menor o nível de evidenciação de informações sobre provisão e passivo contingente, maior o valor de mercado da companhia aberta. Esses resultados insinuam que os investidores não consideram a informação de evidenciação qualitativa e quantidade sobre provisão e passivo contingente como relevante

para o processo de tomada de decisão de investimento nas companhias abertas analisadas (sem *value relevance*). Várias são as possíveis explicações para esse fato: 1) o nível de evidenciação abaixo do exigido no CPC 25 pode ser um indicador de que a divulgação de informações sobre provisões e passivos contingentes seja ruim; assim, o investidor não considera essas informações no processo de tomada de decisão; 2) uma vez que as variáveis Q6, Q7 e Q9 são as menos evidenciadas pelas companhias abertas analisadas, tem-se que as empresas evitam divulgar informações sobre as incertezas relacionadas ao prazo e valor porque isso poderia reduzir o valor de mercado da entidade.

**Tabela 11 - Evidenciação – Value Relevance**

Variáveis Independentes	Coefficiente	Estatística z	Prob.	
Constante	12,479	2,420	0,018	**
LPA	2,535	4,370	0,000	***
PLPA	0,921	4,030	0,000	***
EVID	-12,425	-1,680	0,098	*
PROVPA	1,083	1,180	0,243	
No. Obs:	258			
F	14,25	p > 0,000		
R2	0,286			

Nota: \*\*\*, \*\* e \* denotam a significância estatística das estimativas nos níveis de 1%, 5% e 10%, respectivamente

Fonte: Elaborado pelas autoras

Na Tabela 12, são apresentados os resultados da regressão logística para o modelo especificado na Equação 3. Este teste foi utilizado para identificar as características das companhias abertas que podem influenciar no nível de evidenciação qualitativa (acima ou abaixo da média do setor de atuação). Os coeficientes positivos e significativos das variáveis LPA, ENDIV e PROVPA sugerem que quanto maior o lucro por ação, quanto maior o en-

dividamento e a provisão por ação, maior a probabilidade de a empresa divulgar informações sobre a provisão e o passivo contingente acima da média do setor de atuação. O oposto ocorre com a variável PLPA, ou seja, o coeficiente negativo e significativo desta variável indica que quanto maior o patrimônio líquido por ação, menor a probabilidade de a empresa divulgar informações sobre provisão e passivo contingente acima da média do setor.

**Tabela 12 - Evidenciação - Regressão Logística**

Variáveis Independentes	Coefficiente	Estatística z	Prob.	
Constante	3,169	1,27	0,205	
LPA	0,205	2,25	0,025	**
PLPA	-0,597	-3,33	0,000	***
VM	-0,007	-0,79	0,427	
ENDIV	0,027	2,47	0,014	**
PROVPA	0,301	2,80	0,005	***
TAM	-0,225	-1,50	0,134	
No. Obs:	234			
No. Obs com DEP=0	118			
No. Obs com DEP=1	116			
Pseudo Likelihood	-147,845			
Pseudo R <sup>2</sup>	0,088			

Nota: \*\*\*, \*\* e \* denotam a significância estatística das estimativas nos níveis de 1%, 5% e 10%, respectivamente

Fonte: Elaborado pelas autoras

Apesar de as companhias abertas componentes da amostra apresentarem um nível de divulgação das informações qualitativas obrigatórias, conforme CPC 25, abaixo do exigido (Tabela 1 e 2), percebe-se que o lucro por ação, o grau de endividamento e o valor das provisões e passivos contingentes funcionam como incentivos para que as companhias abertas divulguem informações qualitativas sobre provisões e passivos contingentes, uma vez que as empresas com maiores valores de lucro por ação, endividamento e provisão apresentaram evidenciação acima da média do setor.

## 5. Considerações Finais

O presente trabalho objetivou identificar se a evidenciação quantitativa e qualitativa de provisões e passivos contingentes está relacionada com o valor de mercado das companhias abertas brasileiras e quais fatores estão relacionados com esse nível de evidenciação. Este estudo utilizou 65 empresas listadas no índice Ibovespa em 2010 durante os anos de 2010, 2011, 2012 e 2013.

Os resultados da pesquisa demonstram que as empresas que possuem menos itens de evidenciação de ativos, passivos contingentes e provisões pertencem ao setor de Química. Já as que possuem mais itens de evidenciação são as do setor de *Software* e Dados. Os coeficientes positivos e significativos das variáveis LPA, ENDIV e PROVPA sugerem que quanto maior o lucro por ação, quanto maior o endividamento e a provisão por ação, maior a probabilidade de a empresa divulgar informações sobre a provisão e o passivo contingente acima da média do setor de atuação.

O trabalho é relevante, pois contribui para o entendimento da realidade contábil no processo de contabilização de provisões e divulgação de ativos e passivos contingentes. Além de contribuir para a diminuição da assimetria informacional entre os usuários das informações contábeis, o estudo colabora, ainda, com os órgãos reguladores do mercado de capitais, quanto ao maior monitoramento das informações contidas nas demonstrações financeiras que são evidenciadas.

Como limitação do presente estudo, destaca-se a quantidade de empresas analisadas e o período restrito de análise, tendo em vista a recente normatização referente à contabilização de provisões e divulgação dos passivos e ativos contingentes. Para pesquisas futuras, sugere-se aumentar a amostra utilizada para a consecução do artigo, acrescentar o período de análise e verificar, ainda, se existe uma correlação positiva entre o gradativo crescimento acerca do nível de evidenciação e o decorrer dos anos analisados, devido ao período de aprendizado e adaptação das empresas.

A abordagem utilizada no presente trabalho é inovadora, pois são poucos os estudos que envolvem esta temática, considerando o nível de aderência e evidenciação das informações referentes à provisão, passivos e ativos contingentes. Tem-se a contribuição teórica, pois este trabalho poderá ser usado como embasamento e referência para próximas pesquisas que envolvam a temática. O trabalho contribui, ainda, com a disseminação do conhecimento sobre o assunto e com o possível esclarecimento de questionamentos a respeito das provisões, passivos e ativos contingentes conforme as premissas pré-estabelecidas pelo CPC 25.

## Referências

- BARTH, M. E.; BEAVER, W. H.; LANDSMAN, W. R. The relevance of value relevance literature for financial accounting standard setting: another view. *Journal of Accounting and Economics*, v. 31, p. 77-104, 2001. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0165410101000192>>. Acesso em: 25 jul. 2014.
- BRASIL. Lei 11.638, 28 de dezembro de 2007. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm)>. Acesso em: 20 jun. 2014.
- CAETANO, T. P et al. Evidenciação do Passivo Contingencial nas Demonstrações Contábeis: Um estudo nas Empresas de Papel e Celulose. In: 7º. Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade. 2010, São Paulo. Anais... São Paulo: USP, 2010.
- COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (Brasil). Deliberação CVM nº 594, de 15 de setembro de 2009 – Aprova pronunciamento técnico CPC 25 sobre provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/port/snc/deli594.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2014.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. CPC 00: estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil financeiro. 2011. Disponível em: <[http://static.cpc.mediatgroup.com.br/Documentos/147\\_CPC00\\_R1.pdf](http://static.cpc.mediatgroup.com.br/Documentos/147_CPC00_R1.pdf)>. Acesso em: 10 mar. 2014.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. CPC 25: provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. 2009. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=56>>. Acesso em: 10 mar. 2014.
- DU, N.; STEVENS, K.T.; MCENROE, J.E. Improving consistency in interpreting SFAS 5 probability phrases. *Research in Accounting Regulation*, p. 67-70, 2011. Disponível em: <[http://www.researchgate.net/publication/251638960\\_Improving\\_consistency\\_in\\_interpreting\\_SFAS\\_5\\_probability\\_phrases](http://www.researchgate.net/publication/251638960_Improving_consistency_in_interpreting_SFAS_5_probability_phrases)>. Acesso em: 10 maio 2014.
- Financial Accounting Standards Board (FASB), 2007. Accounting for Contingencies. Board Meeting Handout, Norwalk, CT. <<http://www.fasb.org/boardhandouts/09-06-07.pdf>>.
2008. Proposed Statement: Disclosure of Certain Loss Contingencies: An Amendment of FASB Statements No. 5 and 141(R). Exposure Draft, Norwalk, CT.
2010. Proposed Accounting Standards Update: Contingencies (topic 450): Disclosure of Certain Loss Contingencies. Exposure Draft, Norwalk, CT.
- FRANCIS, J.; SCHIPPER, K. Have financial statements lost their relevance? *Journal of Accounting Research*, v. 37, n. 2, p. 319-352, 1999. Disponível em: <<http://www.jstor.org/discover/10.2307/2491412?uid=3737664&uid=2&uid=4&id=21104650794203>>. Acesso em: 30 jul. 2014.

- HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. Trad. Teoria da Contabilidade. 5ª. Ed., São Paulo: Atlas, 1999.
- HENNES, K. M. Disclosure of contingent legal liabilities. *Journal Accounting Public Policy*. v. 33, p. 32 -50, 2014. Disponível em : < <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0278425413000926>> . Acesso em : 30 jul. 2014.
- IAS 37 – International Accounting Standards n. 37, IN: International Accounting Standards. IASB: Londres, 2002.
- IUDÍCIBUS, S. de et al. Manual de contabilidade societária: aplicável a todas a sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. São Paulo: Atlas, 2010.
- LOPES, A. B. (Coords.) Teoria Avançada da Contabilidade. São Paulo: Atlas, 2004.
- KIESO, D. E; WEYGANDT, J.J.; WARFIELD, T. D. Intermediate Accounting. 12ª.ed.Hoboken: Wiley, 2007.
- LEMES, L.; COSTA, P. S de.; MARTINS, V. A. Efeito na Comparabilidade das Escolhas Contábeis de Empresas Brasileiras no Reconhecimento de Imobilizado. In: 38º.Encontro da ANPAD. 2014. Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: RJ, 2014.
- MALACRIDA, M. J. C.; YAMAMOTO, M. M. Governança corporativa: nível de evidenciação das informações e sua relação com a volatilidade das ações do Ibovespa. *Revista Contabilidade e Finanças*, v. 17, p. 65-79, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rcf/v17nspe/v17nspea06>>. Acesso em: 15 jul 2014.
- MEYER, C. Shareholder Value Accounting - the value relevance of financial statement data and the determinants of accounting method choices. Retrieved March, v. 6, 2007.
- NIELSON, L.B., NELSON, R.L., LANCASTER, R., 2010. Individual justice or collective legal mobilization? Employment discrimination litigation in the post civil rights United States. *Journal of Empirical Legal Studies* 7 (2), 175–201.
- OLIVEIRA, J. S. Relato financeiro sobre provisões, passivos contingentes e activos contingentes: o caso português. *Revista Contabilidade e Gestão*, n. 4, 2007. Disponível em: <<http://ria.ua.pt/handle/10773/6579>> . Acesso em: 25 jun. 2014.
- OLIVEIRA, M. A. S.de. Disclosure das contingências e provisões passivas. 2011. 100 f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011. Disponível em: < <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUOS-8YAL24>>. Acesso em: 24 jul. 2014.
- RAMOS, D.A.; LUSTOSA, P. R. B. Verificação empírica da value relevance na adoção das normas internacionais de contabilidade para o mercado de capitais brasileiro. *ConTexto*, Porto Alegre, v. 13, n. 25, p. 70-83, set./dez. 2013. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/ConTexto/article/view/36450>>. Acesso em: 24 jul. 2014.
- REZENDE, A. J. A relevância da informação contábil no processo de avaliação de empresas da nova e velha economia - uma análise dos investimentos em ativos intangíveis e seus efeitos sobre value-relevance do lucro e patrimônio líquido. *BBR-Brazilian Business Review*, v. 2, n. 1, p. 33-52, 2005. Disponível em: <[http://www.fucape.br/\\_public/producao\\_cientifica/2/Alencar-A%20Relevancia%20da%20Informacao.pdf](http://www.fucape.br/_public/producao_cientifica/2/Alencar-A%20Relevancia%20da%20Informacao.pdf)>. Acesso em: 28 jul. 2014.
- RIBEIRO, A. de C.; RIBEIRO, M. de S; WEFORT, E. F.J. Provisões, contingências e o pronunciamento CPC 25: as percepções dos protagonistas envolvidos. *Revista Universo Contábil*, Blumenau, v.9, n. 3, p. 38-54, set. 2013. Disponível em:<<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/3309>> . Acesso em: 24 jul. 2014.
- SILVA, M. Z. da; KLANN, R. C. Impacto do CPC 25 no Nível de Provisionamento nas Empresas do Setor de Alimentos Listadas na BM&FBOVESPA. In: 15 º. SEMEAD. 2012, São Paulo. Anais... São Paulo: USP, 2012. Disponível em: < [http://www.ead.fea.usp.br/semead/15semead/resultado/an\\_resumo.asp?cod\\_trabalho=493](http://www.ead.fea.usp.br/semead/15semead/resultado/an_resumo.asp?cod_trabalho=493)>. Acesso em: 24 jun 2014.
- SUER, A. Z. The Recognition of Provisions: evidence from BIST100 Non-financial Companies. *Procedia Economics and Finance*, v. 9, p. 391-401, 2014. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2212567114000409>> . Acesso em: 21 jun. 2014.
- TEIXEIRA, C.; SILVA, A. F. The interpretation of verbal probability expressions used in the IAS/IFRS: Some Portuguese evidence. *Tékhné-Revista de Estudos Politécnicos*, n. 12, p. 57-73, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/tek/n12/n12a05>> . Acesso em: 21 jun. 2014.
- TONETTO FILHO, V.; FREGONESI, M. S. F. A. Análise da variação nos índices de endividamento e liquidez e do nível de divulgação das empresas do setor de alimentos processados com a adoção das normas internacionais. In: 10º. Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. 2010. São Paulo. Anais... São Paulo: USP, 2010.
- VIVIANI, S.; FERNANDES, F. C. Qualidade da Evidenciação de Passivos Contingentes Relacionados ao Risco Legal: um estudo em empresas petrolíferas brasileiras, estadunidenses e britânicas. In: 38º. Encontro da ANPAD. 2014. Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: RJ, 2014.